



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2384

1 Aos vinte dias do mês de outubro do ano de Dois Mil e Nove reuniram-se em caráter **ordinário**, às
2 dezoito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do sexto pavimento das Secretarias de Obras e
3 Viação e do Planejamento Municipal, nesta capital, os seguintes Conselheiros do Conselho Municipal
4 de Desenvolvimento Urbano e Ambiental: **Márcio Bins Ely**, secretário do Planejamento e presidindo a
5 reunião; **Silvio Belmonte**, titular, e **Rômulo Krafta**, primeiro suplente da Universidade Federal do Rio
6 Grande do Sul; **Maria Elisabete Aguiar**, primeira suplente da Fundação Estadual de Planejamento
7 Metropolitano e Regional; **Rogério G de Los Santos**, primeiro suplente do Departamento Municipal
8 de Habitação; **Júlio Miranda**, titular da Empresa Pública de Transportes e Circulação; **Breno Ribeiro**,
9 primeiro suplente da Secretaria do Planejamento Municipal; **René de Souza**, primeiro suplente da
10 Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico; **Gilmara Muller**, segunda suplente
11 da Secretaria Municipal de Obras e Viação; **Cibeli Silva do Carmo**, titular da Secretaria Municipal do
12 Meio Ambiente; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da Associação Brasileira de Escritórios de
13 Arquitetura; **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação Gaúcha dos advogados de Direito
14 Imobiliário Empresarial; **Nilson Lopes Coelho**, titular, e **Jaime Rodrigues**, primeiro suplente do
15 Instituto de Planejamento e Estudos Socioambientais; **Sérgio Koren**, segundo suplente do Sindicato
16 da Indústria da Construção Civil; **Alexandre Cohen**, primeiro suplente do Sindicato dos Corretores de
17 Imóveis; **Jorge Larré**, segundo suplente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção
18 Civil de Porto Alegre; **Romano Botin**, titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Alan**
19 **Cristian Tabile Furlan**, titular da Região de Planejamento Um; **Márcia Bica**, titular da Região de
20 Planejamento Dois; **Helena Cristina Borges**, titular, e **Ana Paula Borges Alves**, primeira suplente da
21 Região de Planejamento Três; **Luiz Filipe Correia de Oliveira**, segundo suplente da Região de
22 Planejamento Quatro; **Eduíno Mattos**, titular da Região de Planejamento Sete; **Heverson da Cunha**,
23 primeiro suplente da Região de Planejamento Oito; **Alceu Rosa da Silva**, titular da Temática
24 Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano e Ambiental e **Ana Paula Tomasi**, secretária
25 executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** fez a abertura da sessão, falou sobre o andamento das
26 eleições para representantes das Regiões de Planejamento e agradeceu a presença de moradores do
27 Beco da Paz na reunião. Falou ainda sobre a aquisição do equipamento de som para as reuniões do
28 Conselho e disponibilizou os microfones. Questionou se havia alguma retificação à última ata e não
29 foram sugeridas alterações. A mesma foi colocada em votação e foi aprovada por onze votos
30 favoráveis, nenhum voto contrário e três abstenções. **Presidente** deu início às **comunicações**
31 Conselheiro **Silvio** sugeriu que referente à redefinição quanto ao número de bairros em Porto Alegre,
32 que a SPM contratasse um estudo para definir diretrizes e parâmetros determinantes dos resultados,
33 como a consideração de evolução histórica, morfologia, etc. Conselheira **Cibeli** convidou para a
34 atividade de entrega da recuperação do monumento Castelo Branco, às dez e meia do dia seguinte.
35 Além desta, convidou para atividade no *Parcão*, referente ao projeto *Povo na Praça*, e falou sobre o
36 sucesso do mesmo no último domingo na Praça México. Conselheiro **Eduíno** falou do
37 constrangimento que sofreu em via pública, em visita ao local referente ao processo que irá relatar, na
38 região do condomínio *Alphaville*. Detalhou que estava na Estrada Três Meninas e para a sua surpresa
39 estacionou próximo a ele uma camionete da qual saíram três elementos com porte de seguranças, um
40 deles portando arma na cintura, exigindo que ele se identificasse. Disse que anotaram a placa de seu
41 carro e não se identificaram. Disse que em conversa com trabalhadores envolvidos nas obras da
42 Estrada, foi informado que os mesmos seriam seguranças do *Alphaville*. Condenou tal atitude e o que
43 chamou de privatização, entregou à mesa ocorrência policial pelo ocorrido e disse que entraria com
44 processo judicial. Conselheiro **Julio** ratificou que o referido condomínio é um empreendimento
45 privado, mas com via pública no interior, e informou que para a Estrada Três Meninas está previsto o
46 tráfego de transporte coletivo, com inúmeras paradas ao longo de sua extensão. Conselheiro
47 **Heverson** falou sobre a Sexta Conferência de Cultura e sobre vários eventos envolvidos, além de uma
48 segunda Conferência. Falou ainda sobre a campanha realizada pela EPTC, referente ao respeito pela
49 faixa de pedestres, e sugeriu que no material de divulgação impresso não fosse utilizado o termo
50 “parar na faixa”, mas sim “parar antes da faixa”. Conselheiro **Filipe** defendeu a necessidade de a
51 Prefeitura pintar as faixas de segurança, opinando que esta ação já seria suficiente, ao invés de
52 encorajar o pedestre a sinalizar com a mão. Conselheiro **Julio** disse que apesar de já ser uma
53 obrigação do motorista respeitar a faixa de segurança, a campanha tem se mostrado eficiente e
54 opinou que ela seja uma ferramenta importante para o pedestre fazer valer os seus direitos e exercitar



ATA N.º 2384

1 a cidadania. Conselheira **Gilmara** falou sobre a pauta da última reunião de temas diversos, referente à
2 *Qualificação Ambiental*, e disse que para este dia estava sugerida explanação sobre a regularização
3 de lei 599, a qual não ocorreu. Por esse motivo sugeriu que na próxima reunião, destinada também a
4 temas diversos, fosse aberto espaço para essa apresentação pela SMOV – a qual seria breve. Ficou
5 assim deliberado. Conselheiro **Romano** falou sobre a criação de Comissão destinada a analisar
6 projetos para o *Minha Casa, Minha Vida* e parabenizou essa atitude do DEMHAB, justificando
7 importância até para que se evite a perda de verba federal. Além disso, defendeu a necessidade de
8 revisão do decreto que trata da compensação ambiental, em função de o mesmo se mostra severo
9 quanto a exigência de plantio exagerado. Explicou que as exigências se mostram por vezes
10 intangíveis, considerando por exemplo que as mesmas não versam apenas sobre mata nativa e que a
11 quantidade em demasia de mudas não representa o equilíbrio ambiental. Pediu atenção ao tema, por
12 poder inviabilizar inclusive a aprovação de programas habitacionais. Solicitou ao Secretário
13 objetividade e seriedade quanto ao tema. **Presidente** deu início à Ordem do Dia. **Processo Quatro**
14 **Ponto Um**. Expediente número: 001.012181.06.4, relator: UFRGS. Interessado: CERVOSUL –
15 Distribuidora de Medicamentos LTDA; assunto: Eliminação de Traçado Viário Projetado; local:
16 Prolongamento da Rua Eurico Lara. Conselheiro **Julio**, que estava com o processo em razão de
17 solicitação de diligência, concluiu sua análise e acrescentou novos dados ao processo. Disponibilizou-
18 se a fazer a apresentação das mesmas, mas conforme determina o Regimento Interno, o processo foi
19 entregue ao relator, que na próxima reunião com processos em pauta fará o relato. Adiado. **Processo**
20 **Quatro Ponto Dois**. Expediente número 002.298158.00.0, relator: RP 2. Interessado: CPU/SPM;
21 assunto: Resolução – Inclusão de Traçado Viário, EVU de Loteamento e Minuta de Decreto – AEIS I;
22 local: Entre a Rua Morro Alto e Estrada Campo Novo. Conselheira **Márcia**, relatora do processo,
23 apresentou o mesmo. Deu os detalhes, leu a resolução e a justificativa. Conselheiro **Silvio** questionou
24 as medidas constantes no mapa. Conselheira **Márcia** esclareceu. Conselheiro **Heverson** questionou a
25 existência de gabarito de testada prevista. **Relatora** esclareceu. Conselheiro **Romano** questionou a
26 origem do financiamento para a infra-estrutura. Conselheiro **Rogério** respondeu que a verba advém
27 do Orçamento Participativo. Conselheiro **Romano** defendeu a necessidade de a comunidade pagar
28 pelas melhorias e regularização, através de ações do governo. Sugeriu que fosse estudada a
29 possibilidade de criação de projeto que permita ao morador pagar por sua moradia em suaves
30 prestações, apesar de entender que a habitação represente um problema social. Conselheiro **Alan**
31 questionou se a área em questão era privada. Conselheiro **Nilson** opinou que os loteamentos
32 advindos de loteadores mal intencionados diferem daqueles assentamentos que ocorrem de forma
33 natural, defendendo que neste último caso o governo deve beneficiar as famílias, face a sua anterior
34 omissão. Conselheiro **Alceu** defendeu a necessidade de que os pobres paguem pelas suas casas, até
35 para que possa haver a valorização das mesmas. Condenou o sistema de cotas e o beneficiamento
36 daqueles que acabam vitimizando os governos. Conselheiro **Eduíno** disse que integra o grupo de
37 reassentamento da Chácara das Bananeiras, com muitas famílias - mais de cinco mil, defendendo a
38 necessidade de fiscalização por parte da Prefeitura quanto à moradias em área de risco. Condenou a
39 falta de gerenciamento e de fiscalização e defendeu a criação de regras claras e projetos
40 habitacionais para a captação de verba federal. Conselheiro **Jorge** se posicionou também contrário à
41 doação de casas pelo governo, frisando que essa postura culmina na falta de verba para outras
42 demandas. Conselheira **Helena** concordou com a necessidade de não se adotar apenas posturas
43 paternalistas, mas lembrou que em torno de trezentas e oitenta vilas de Porto Alegre, dentre as
44 aproximadamente setecentas existentes, estão localizadas em área pública. Disse que nesses casos
45 o cidadão já foi lesado por ter pagado por algo que é irregular, onde quem lucra é apenas o loteador.
46 Condenou a falta de fiscalização por parte da Prefeitura e o fato de ocorrer apenas quando há
47 denúncia anterior, considerando ainda que as pessoas não têm o hábito de denunciar. Conselheiro
48 **Romano** lembrou que nem mesmo existe um número de telefone específico oferecido pela Prefeitura
49 para se fazer as denúncias. **Presidente** informou sobre o investimento de aproximadamente
50 setecentos mil reais para regularizar quatorze loteamentos da cidade. Disse que nestes, por serem
51 advindos de áreas privadas, tudo será cobrado do morador, mesmo que de forma parcelada. Falou
52 que o investimento para regularizar é alto, sendo necessários aproximadamente vinte milhões de reais
53 sem considerar os casos das vilas autoproduzidas. Lembrou também que as casas regulares
54 possibilitam o aumento de arrecadação, o que amortiza os investimentos. Conselheiro **Romano**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2384

1 propôs que fosse levado ao Prefeito estudo para a criação de Fundo Municipal para as regularizações,
2 que à medida que forem sendo efetivadas também possam alimentar esse fundo. Opinou que uma
3 estrutura para subsidiar a regularização interferiria positivamente também em outras áreas, como na
4 saúde, trabalho e qualidade de vida. Frisou a necessidade de que o governo bloqueie todo e qualquer
5 tipo de ocupação irregular. Conselheira **Márcia** se posicionou favorável à aprovação do processo. Não
6 havendo outras manifestações, leu o seu parecer e o mesmo foi colocado em votação. O EVU de
7 Loteamento, Minuta de Decreto e Resolução foram aprovados por vinte votos favoráveis, nenhum voto
8 contrário e duas abstenções. **Processo Quatro Ponto Três**. Expediente número: 002.294386.00.7,
9 relator: RP 3. Interessado: DEMHAB; assunto: EVU de Loteamento em AEIS; local: número duzentos
10 e noventa e três da Avenida dos Prazeres. Conselheira **Helena**, relatora do processo, apresentou o
11 mesmo. Deu detalhes, entre outras coisas disse que teve o parecer favorável da CAUGE, DEP, DMAE
12 e SMAM. Conselheira **Cibeli** questionou o motivo de a regularização estar se dando apenas em um
13 trecho de todo o loteamento. Conselheira **Helena** explicou a divisão das áreas em duas partes e
14 também a divisão da verba do Orçamento Participativo. Relatora se posicionou favorável ao solicitado,
15 justificando que possibilitará obras de benefício às famílias que moram no local há mais de quarenta
16 anos. Solicitou a aprovação do Conselho. Conselheiro **Romano** questionou se a área era pública.
17 Conselheira **Helena** disse que sim. Conselheiro **Romano** questionou se já ocorreu este desgravame,
18 tendo em vista que só após essa ação poderá ser gravada a Área Especial de Interesse Social - AEIS.
19 Conselheiro **Heverson** disse que os projetos são feitos baseados na disponibilidade orçamentária da
20 comunidade, o que acarreta em qualidade baixa. Defendeu a necessidade de criação de projetos que
21 arrecadem verba federal, já que recursos existem e podem ser captados por outras vias. Falou sobre a
22 existência de cento e vinte e sete milhões de reais destinados à Habitação, os quais deveriam ser
23 utilizados para se fazer regularizações em melhores condições. Conselheiro **Alceu** falou sobre a
24 existência de fundo destinado à Habitação, em época anterior, e da necessidade de que o mesmo
25 existisse novamente. Isto para que o Conselho não se veja obrigado a aprovar loteamentos em
26 condições precárias. Disse que mesmo assim se posicionaria favorável à aprovação. Conselheira
27 **Helena** opinou que o projeto em pauta realmente não era o ideal, mas opinou que ao menos
28 representa alguma melhoria. Disse que no local existe Escola e Posto de Saúde. Morador da
29 comunidade, que se fazia presente, solicitou a palavra. **Presidente** colocou o pedido em votação e a
30 palavra foi concedida por quinze votos favoráveis, um voto contrário e três abstenções. **Morador**
31 **Ricardo** falou da necessidade de regularização do loteamento, solicitou a aprovação e, dentre outras
32 coisas, falou que a situação atual não permitia nem mesmo o acesso de ambulâncias no local.
33 Conselheiro **Alceu** solicitou ao DEMHAB que não encaminhasse ao Conselho projetos nessas
34 condições - precárias, pois cria constrangimento aos conselheiros. Conselheiro **Breno** opinou que há
35 muito que o Conselho vem falando sobre questões relevantes referentes à regularizações, e portando
36 questões a serem consideradas. Propôs a criação de grupo para a confecção de novas diretrizes
37 habitacionais, a serem consideradas nas próximas aprovações. Contudo, opinou que nos projetos em
38 andamento continuem a se considerar os padrões existentes. Conselheira **Cibeli** concordou com o
39 Conselheiro e considerou que dentre todos os projetos que têm passado pela apreciação do
40 Conselho, lembra de apenas um caso em que houve primeiramente a retirada das famílias, para haver
41 a criação de condições de fato ideais de moradia. Defendeu a necessidade de aprovação dos
42 projetos que já estão em andamento, como o atual - que se iniciou no ano de um mil novecentos e
43 noventa e três. Conselheiro **Rogério** disse que todas as discussões que vêm sendo levantadas no
44 Conselho têm sido levadas ao DEMHAB. Disse que no caso apreciado o que ocorre é a conclusão de
45 uma trajetória há muitos anos iniciada, mas que nos próximos projetos iniciados seguramente as
46 questões de condições mínimas melhoradas serão levadas em consideração. Conselheira **Helena** se
47 posicionou favorável à aprovação e não havendo outras manifestações leu o seu parecer. O mesmo
48 foi colocado em votação e foi aprovado por dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário e cinco
49 abstenções. Pelo adiantado da hora, os demais processos constantes em pauta foram adiados. Estes
50 eram: Processo **Quatro Ponto Quatro**. Expediente número 002.279295.00.8, relator: RP4.
51 Interessado DEMHAB; assunto: EVU de Loteamento em AEIS – setor I. Adiado. **Processo Quatro**
52 **Ponto Cinco**. Expediente número 002.323661.00.7, relator RP 7. Interessado: Kart Club Sítio
53 Camsarin; assunto: Termo de Referência; local: número três mil trezentos e três do Beco da Paixão.
54 Adiado. **Processo Quatro Ponto Seis**. Expediente 002.273227.00.0, relator: OCDUA. Assunto:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2384

1 Resolução – Inclusão de Traçado Viário; local: a partir do acesso à Avenida Zaida Jarros. Adiado.
2 Processo Quatro Ponto Sete. Expediente número 002.300975.00.0, relator: UFRGS. Interessado: Pio
3 Cervo; assunto: Reconsideração – Reciclagem de Uso com Aumento de Porte; local: número
4 oitocentos e nove da Rua Eça de Queiroz. Adiado. Conselheiro **Romano** propôs a formação de
5 Comissão para tratar de novas diretrizes habitacionais, opinando que se deve aproveitar essa
6 oportunidade. Conselheiro **Silvio** propôs que se usasse para isto a terminologia *Grupo de Trabalho*.
7 **Presidente** solicitou que os Conselheiros interessados em integrar esse Grupo procurassem o
8 Conselheiro **Romano**, e a este solicitou que assim que possível seja redigida Minuta sobre essa
9 formação, para o encaminhamento ao Prefeito. Conselheiro **Jaime** manifestou intenção de participar
10 do Grupo de Trabalho. Conselheiro **Alan** solicitou ao DEMHAB que, assim como havia sido
11 combinado, os arquitetos responsáveis pelos projetos apreciados no Conselho enviassem com
12 antecedência a organização dos mesmos, para embasar e facilitar as apreciações. Às vinte horas e
13 cinco minutos foram encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e
14 Ambiental pelo Presidente. Eu, **Ana Paula Tomasi**, assino e lavro, juntamente com o Presidente, a
15 presente ata.

16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26

Ana Paula Tomasi
Secretária Executiva

Márcio Bins Ely
Presidente